



Instituto Superior de Ciências da Educação
ISCED – Huíla

Organizações Regionais em África na Prevenção e Gestão de Conflitos. Um olhar à Nigéria (1960-2018).

Autores: Bernarda Alfredo e Timóteo Wagner Hucamba

Lubango
(2020)



Instituto Superior de Ciências da Educação
ISCED – HUÍLA

Organizações Regionais em África na Prevenção e Gestão de Conflitos. Um olhar à Nigéria (1960-2018).

Trabalho de fim do curso apresentado para
a obtenção do grau de Licenciado em
ensino de História

Autores: Bernarda Alfredo e Timóteo Wagner Maiangua

Orientador: Msc. Mário Ilda Simão

Lubango

(2020)



**Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla
ISCED– Huíla**

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DO TRABALHO DE LICENCIATURA

Temos a consciência que a cópia ou plágio, além de poderem gerar responsabilidade civil, criminal e disciplinar, bem como reprovação ou retirada do grau, constituem uma grave violação da ética académica.

Nesta base nós, Bernarda Alfredo e Timóteo Wagner Maiangua estudante do instituto superior de ciências da educação da Huíla (ISCED-HUÍLA) curso de ensino da História do departamento de ciências sociais, declaro, por minha honra ter elaborado este trabalho, só e somente com o auxílio da bibliografia que tive acesso e dos conhecimentos adquiridos durante à minha carreira estudantil e profissional.

Lubango, 2020

Autores: Bernarda Alfredo e Timóteo Wagner Hucamba

Índice

Agradecimentos V

Dedicatória.....	VI
Resumo.....	VII
Abstract.....	VIII
INTRODUÇÃO.....	7
Introdução.....	8
Delimitação do Problema da Pesquisa	9
Justificação do Tema	Erro! Indicador não definido.
Formulação do Problema.....	9
Objecto de Investigação.....	9
Objectivos da Investigação	9
Objectivo Geral	9
Objectivos Específicos	9
Conceitos -chave	9
Métodos	Erro! Indicador não definido.
Método Histórico	Erro! Indicador não definido.
Método Comparativo.....	Erro! Indicador não definido.
Técnica de Entrevista.....	Erro! Indicador não definido.
CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
1.1 Estado da Arte	13
1.2 Breve Caracterização dos Conflitos em África.....	17
1.2.1 Causas dos Conflitos em África	19
1.2.2 Da segurança Clássica à Segurança Humana em África	20
1.3 A acção das Organizações Regionais em África	22
1.3.1 CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental).....	23
1.3.2 IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento)	25
CAPÍTULO II: AS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS EM ÁFRICA E A PREVENÇÃO E GESTÃO DE CONFLITOS. NA NIGÉRIA ENTRE (1960-2018).	32

2.1 Localização Geográfica e Breve Caracterização Geopolítica e Económica da Nigéria.....	32
2.2.2 Breve Caracterização dos Conflitos na Nigéria.....	34
2.2.3 A Nigéria e a Maldição Dos Seus Recursos	38
2.4 Acção do Boko Haram	39
2.5 As Manifestações na Região do Delta do Níger	40
CONCLUSÕES E SUGESTÕES	46
Conclusão.....	46
Sugestões	47
Referências Bibliográficas.....	48

Agradecimentos

Bernarda Alfredo

Em primeiro lugar, queria estender os meus agradecimentos à Deus, protector e conductor das nossas vidas; aos meus pais agradeço profundamente pela sabedoria e ensinamentos que me passaram e têm me passado nesta caminhada.

Ao meu esposo, obrigada pela paciência e dedicação, aos meus queridos filhos, amigos, colegas, e a família do ponto de vista geral, o meu muito obrigado. Um forte agradecimento estendo ao nosso Professor e orientador Msc Mário Ilda Simão pela calma e serenidade por ter acompanhado o nosso trabalho.

Timóteo Wagner Hucamba Maiangua

Gostava de agradecer em primeiro lugar aos meus pais Bernardo Maiangua e Eulária Tchilepa Hucamba, por tudo quanto fizeram para concluir esta etapa. Aos meus irmãos, amigos, colegas e a toda família pelo apoio de forma directa e indirecta. Ao nosso orientador, o Mário Ilda Simão, Msc o meu muito obrigado, por ter aceite em orientar este trabalho.

Dedicatória

Bernarda Alfredo

Dedico este trabalho aos meus pais, José Alfredo e Celeste Beatriz José (*in memoriam*) aos meus filhos, esposo, amigos e colegas, o meu muito obrigado.

Timóteo Hucamba Maiangua

Dedico este pequeno trabalho, aos meus pais, ao meu querido filho, colegas, e amigos. Aos meus familiares e a toda comunidade académica.

Resumo

A actual situação na Nigéria motiva uma profunda reflexão sobre o Estado e as funções que normalmente este desempenha na sociedade. O aumento da problemática do fundamentalismo islâmico no país surge num ambiente de problemas estruturais complexos que colocam em causa a autoridade, capacidade e legitimidade do Estado. O presente trabalho procurou analisar o trabalho das organizações regionais em África na prevenção, gestão e resolução de conflitos o caso concreto da Nigéria. Para o presente estudo, traçamos como problema científico o seguinte:

Conceitos-Chave: Prevenção de Conflitos, Organizações Regionais, Nigéria

Abstract

The current situation in Nigeria motivates a reflection on the state and function it plays in society. The rise of islamic fundamentalism in the country arises in a complex context of structural problem that puts in in question the authority and lagimatimacy of the state. The present research search analisy about the role of organization region in Africa in prevention, management and resolution of conflit concretly in Nigeria. For the present search, we delineate thate cientific problem: what is the strategy of the organization region in Africa in prevention, management na resolution of conflit in Nigeria? Us general objectiv is, analisy the role of

organization region in Africa in prevention, management and resolution of conflict in Nigeria.

INTRODUÇÃO

Introdução

Após um período prolongado de conflito, agitação social e instabilidade política, a África Ocidental fez progressos consideráveis no que diz respeito a democracia, crescimento económico e desenvolvimento na última década. Apesar destes avanços, há preocupação sobre o aumento do terrorismo e os seus efeitos adversos sobre a paz, a segurança e o desenvolvimento na região.

A continuidade e a natureza letal de ataques em alguns países oeste-africanos nos últimos anos são um indicador do crescente aumento dos grupos terroristas na sub-região. A estrutura dos Estados africanos, após a concessão de independência política pelas potências europeias, enfrentou vários desafios provocados pela ausência dos recursos necessários à legitimação e consolidação das estruturas estatais.

Por esse motivo, os conflitos regionais são acontecimentos conjunturais, processos dinâmicos, ligados a actividades que variam em função do tempo, do espaço, dos interesses em causa, dos actores envolvidos e da conjuntura internacional, podendo degenerar em violência e numa fase mais aguda do designado «Ciclo de Vida do Conflito», numa crise ou escalar para uma guerra. Este fenómeno apresenta actualmente uma expressão bem visível em África, onde se constata a existência de uma dinâmica de parcerias “bilaterais e multilaterais” afectas a conjunturas variáveis, que propiciam a existência de vários actores que partilham nestes espaços, as questões em torno da segurança e da defesa regional e continental. Neste contexto, alguns autores consideram que as Organizações regionais africanas constituem presentemente os elementos mais capazes e os mais participativos nas dinâmicas da paz e da segurança neste continente e que reside nestas organizações, o futuro da segurança e do desenvolvimento sustentado no continente africano para o Século XXI. Disposto a contribuir na compreensão do papel das organizações regionais em África, o presente trabalho tem como tema: **O Papel das Organizações Regionais em África na Prevenção e Gestão de Conflitos Um olhar à Nigéria (1960-2018).**

Delimitação do Problema da Pesquisa

As organizações regionais em África na prevenção, gestão, e resolução de conflitos na entre Nigéria (1960-2018)

Formulação do Problema

Qual têm sido as acções e estratégias das organizações regionais em África na prevenção, gestão e resolução dos conflitos na Nigéria?

Objecto de Investigação

O papel das organizações regionais em África na prevenção, gestão e resolução de conflitos entre (1960-2018) na Nigéria

Objectivos da Investigação

Objectivo Geral

Analisar o papel das organizações regionais em África na prevenção, gestão e resolução de conflitos

Objectivos Específicos

- ❖ Compreender o papel das organizações regionais em África na prevenção, gestão e resolução de conflitos na Nigéria
- ❖ Explicar as estratégias das organizações regionais em África na prevenção, gestão e resolução de conflitos
- ❖ Enumerar as causas dos conflitos na Nigéria

Conceitos -chave

Conflitos: Situações de competição em que as partes, conscientes das suas incompatibilidades, disputam por recursos escassos. (Zeca, 2013). Por outro lado, Bobbio (1998), afirmou que conflito, é descrito como a existência de uma interacção entre indivíduos, grupos, organizações e colectividades que produz choque para o acesso e a distribuição de recursos escassos.

Prevenção de Conflitos: são efeitos ou um conjunto de acções político-estratégicas, por parte das instituições governamentais que de forma expressa tentam frear ou minorar as ameaças, o uso da violência organizada e outras formas de coacção por parte de Estados ou grupos concretos com a finalidade de reduzir as disputas no interior ou entre Estados. (Fisas, 2004).

CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente pesquisa, visou analisar as estratégias que têm sido levadas a cabo pelas organizações regionais na prevenção, gestão e resolução de conflitos caso particular da Nigéria. Nesta conformidade, para darmos respostas satisfatórias aos objectivos traçados, e dar suporte à nossa investigação, recorreremos a alguns autores que já fizeram trabalho ligado a temática.

1.1 Estado da Arte

Como já referido, passamos em seguida, a apresentar reflexões e conclusões de autores que deram o seu contributo na matéria em análise, a saber:

Braillard, (1990) Macqueen, (2004) Fisas, (2004) Moniz (2006) Gresh (2006) Roque, (2008) Tavares. (2007) Freitas (2014), Bernardino (2010), Dias (2010), Mamoudou, (2010) Santos, (2011) Bernardino (2014), Batalha (2015), Jovando, (2017), e Roque (2018).

Philippe Braillard (1990), na sua obra sobre: As Teorias das Relações Internacionais, referenciou o seguinte: as organizações internacionais e regionais têm tendencialmente associado aos mecanismos de alerta meios de resposta, permitindo a actuação nos estágios iniciais dos conflitos, intervindo na área de interesse conjuntural, possibilitando dessa forma uma contenção eficaz do conflito.

Norrie Macqueen (2004), no seu artigo com o título: A intervenção das nações unidas e a crise dos Estados africanos, afirmava que a gestão e prevenção de conflitos em África, e a capacidade dos países que fazem parte do continente e das suas instituições para desempenhar este papel é insuficiente, seja por factores práticos como políticos os recursos físicos disponíveis para os exércitos africanos e o seu nível de treino não são, de forma geral, sólida para um trabalho que manteria a paz. Mais importante ainda, dizia o autor é a sensibilidade dos Estados em África em relação à sua soberania que muitas vezes está em correlação inversa com a sua capacidade para desempenhar essa soberania.

No mesmo diapasão, Reychler, citado por Vicenz Fisas (2004), no seu artigo: Cultura de Paz e Gestão de Conflitos narra que, um diagnóstico mais completo implica que se analise e se estude o conflito em relação a cinco aspectos considerados importantes: os actores envolvidos, os litígios em causa, a interacção estratégica e a dinâmica do conflito. Para onferir uma maior abrangência e multidisciplinaridade na sua análise.

Cardoso e Ferreira, 2005 *apud* Luís Manuel Bernardino (2007), na sua dissertação de Mestrado com o tema: A Prevenção e Resolução de Conflitos em África, o papel da CPLP no âmbito das Organizações Regionais africanas; destaca que as organizações africanas assumiram após o conturbado processo de descolonização das colónias africanas, uma estratégia de crescimento e afirmação institucional que lhes possibilitou o reconhecimento da comunidade internacional, face as intervenções, estratégias e políticas, que vem adoptando no contexto africano e mundial. Para prevenir essas tensões essas organizações devem se empenhar mais com o objectivo de assegurar a paz e a estabilidade em África.

Mamoudou Gazibo (2010), na sua obra Introdução a Política Africana, afirmou que, a conflitualidade é um dos problemas actuais que mais tem preocupado os Estados e as Organizações Internacionais, pois a continuidade e a gravidade dos seus efeitos tornou as sociedades mais frageis e menos disponíveis para a paz e para alcançarem o desenvolvimento sustentado. Em África esta realidade conjuntural tem levado os Estados e as organizações regionais a desenvolverem mecanismos que consigam, dar resposta e criarem estruturas de apoio às estratégias pós-conflito para desenvolverem capacidades que possibilitem melhor gestão desses problemas.

Luís Brás Bernardino (2010), no seu artigo com o título: A Gestão de Conflitos e a Conflitualidade em África. Uma Problemática Atemporal; narra que a dinâmica dos conflitos regionalizados e em todos os fenómenos associados, aos Estados e demais actores da cena internacional, procuram interagir, estratégias e comunicar entre si com o objectivo de gerir esses contenciosos de forma mais eficiente e com um nível de sucesso maior. Este desiderato, requer consistência na acção estratégica, uniformidade nas políticas, mas principalmente envolve o emprego de

uma terminologia adequada e de uma doutrina comum, pois sem se conhecer, identificar o problema, não se consegue encontrar as soluções mais adequada.

Reinaldo Dias (2010), na sua obra *Relações Internacionais: Introdução ao Estudo da Sociedade Internacional Global*; afirma que os conflitos entre Estados das sub-regiões africanas afectaram o desempenho e os esforços de integração entre 1960 e 1990. A prevenção, gestão e resolução de conflitos aparecem como um dos polos importantes nas estratégias continentais e regionais de cooperação para a concretização dos objectivos e interesses comuns dos Estados africanos. Por causa da complexidade de alguns conflitos que ocorreu nos blocos regionais africanos, os processos de prevenção, gestão e resolução desses conflitos em África, tiveram o envolvimento não só das próprias organizações regionais, mas também de outras organizações como é o caso das Nações Unidas e da União Africana.

Luís Ivaldo Gomes Santos (2011), no seu artigo a arquitectura de paz e segurança em África, referindo-se sobre os conflitos em África e sua prevenção, mostra que ao longo das últimas décadas, a África tem se destacado pela extensão e intensidade dos conflitos de que é palco. Essas cristações têm contribuído muito para agravar o desenvolvimento sustentado, seja pelas perdas materiais e humanas que provocam, seja pelo desvio de recursos escassos para fins militares, seja pela criação de clima de instabilidade que prejudica o empreendedorismo local e o investimento externo.

Já para Williamson (1985) *apud* Sterian Maria Gabriela (2013), no artigo com título: O Papel das Organizações Internacionais na liderança económica global acrescenta que, de acordo com a natureza do conflito, a organização internacional regional pode ter maior ou menor capacidade para prevenir, gerir e resolver. Normalmente, os conflitos internos são mais fáceis de serem solucionados por estas instituições do que os conflitos intraestatais. As pessoas envolvidas nos conflitos internos não têm compromissos com as organizações internacionais, ao passo que os actores envolvidos em conflitos entre os Estados possuem um conjunto de compromissos e obrigações para com determinadas organizações internacionais.

Jeane Silva de Freitas (2014), na sua dissertação de mestrado com o título: O Papel das Nações Unidas e da União Africana na mediação do Processo de Independência do Sudão do Sul a autora diz que, no ambiente internacional a mediação tem sido utilizada como um importante factor na gestão de controvérsias em face da efectividade para lidar com as diferenças entre as partes litigantes. Nessa percepção para cada conflito que emerge no sistema internacional exige-se também um determinado mediador para a resolução. Deste modo, as organizações regionais em África, têm levado a cabo uma agenda com vista a dirimir os conflitos no seu continente.

Alexandrina Pereira de Fatima Batalha (2015), na sua obra Geopolítica Das Grandes Pandemias e Endemias da África Subsaariana, referindo-se a conflitualidade e o papel das organizações regionais em África, advoga que: as organizações regionais em África não têm tido uma posição com protagonismo no âmbito das relações internacionais, os seus objectivos continuam a se cumprir devido a conflitualidade que impede a criação de zonas actuantes no comércio livre, união aduaneira, com um banco central e uma moeda comum, que é uma pretensão estatutária da união africana. É interessante, a ideia da autora. Porque as guerras, a fome e os desentendimentos étnicos ou religiosos são elementos que causam o subdesenvolvimento.

Fátima Moura Roque (2018), na sua obra: Uma Década de África um Continente e seus Desafios, realçando sobre o papel das organizações regionais em África na gestão e prevenção de conflitos, a autora argumenta que as organizações têm um caminho longo a percorrer, porque a pobreza extrema estrutural, a desigualdade social, a criminalidade, o terrorismo, a corrupção generalizada, a instabilidade política e económica, a péssima distribuição dos recursos, a frágil governança, bem como a pressão demográfica, constituem os principais factores provocadores de uma paz instável com processos frágeis de reconciliação.

Por essa via, podemos perceber que a maioria dos autores referenciados, consideram as organizações regionais importantes, e têm feito algum trabalho relevante apesar de ainda apresentarem algumas debilidades estruturais. Outrossim, ficou evidente o lugar e o papel que lhes é atribuído na prevenção, gestão e resolução dos conflitos em África.

1.2 Breve Caracterização dos Conflitos em África

No presente tema é feita uma caracterização dos conflitos. Para percebermos as características e como estes têm-se processado. Passamos a apresentar os pontos de vistas de alguns autores.

A matriz governativa dos Estados africanos residiu maioritariamente no poder autocrático e no presidencialismo, seja de cariz militar ou tribal. Havia países que assumiram o compromisso democrático e outros em que a democracia se tornou vítima da miséria. Ou melhor, mesmo sendo países que preferiram alinhar-se no viés democrático, as populações viviam em condições difíceis por causa da intolerância e da indiferença dos governantes. Hoje, poucos são os regimes que evoluíram para uma democracia sólida, contribuindo desta maneira para uma instabilidade continental. (Lake e Whitman, 2006 *apud* Bernardino 2007).

Como declara Moreira:

Os Estados e as ORA¹ têm vindo a debruçar-se sobre este problema, pois existem coisas que afectaram estes espaços e adquiriram uma dimensão transnacional, ultrapassando fronteiras entre Estados e entre continentes. Esta globalização dos conflitos do ponto de vista regional, afectou todo o mundo, passando a constar nas agendas da comunidade internacional. Pois a segurança a norte passou a depender principalmente da segurança e do desenvolvimento do Sul (Moreira, 2006, p.36).

Entre os problemas que estão na base dos conflitos em África consta a questão das fronteiras coloniais.

Sobre o assunto, Vaisse (2005), *apud* Yambi, (2020) considera que sendo as fronteiras uma herança da colonização, os Estados africanos são construções artificiais, não respeitando a unidade étnica, cultural e sociológica. Deste modo, esta situação potenciou uma série de conflitos. A opinião deste autor é crucial, pois sabe-se que as fronteiras dos actuais Estados africanos foram criações das mentes coloniais.

Em reforço a esta questão, Lake e Whitman, (2006) esclareceram que associado aos regimes políticos, surgem as fronteiras traçadas no século XIX, que em nada

¹Organização Regionais Africanas

ajudaram à limitação dos contenciosos étnico-culturais, contribuindo assim para a imposição de autocracias militaristas com lideranças fortes, associadas a aparelhos militarista repressivos, como forma de criar obstáculos a essas fronteiras e os seus povos. Esta maneira de agir do colonizador, levou depois da guerra fria, o crescimento dos conflitos em África.

A alteração do tipo predominante de conflitos, em especial em espaços onde a crise de soberania, leva a afinidades de outro cariz, seja em volta da religião, da língua, etnia, cultura ou ainda de outros factores ou interesses, que permitem a junção de vontades, em volta de um «senhor da guerra» que nessa região assume o papel do próprio Estado, complica neste sentido o cenário quando surge no mesmo espaço vários poderes independente (Cardoso e Ferreira, 2005).

Para Bernardino (2007), a África subsariana está localizada numa região volátil, onde as fronteiras geográficas que foram traçadas pelas potências coloniais não correspondiam em nenhum momento às actuais fronteiras étnico-culturais. Esta constante tensão entre povos, raças e religiões, no espaço intra e extra estatal, associada à luta desenfreada pelo acesso aos recursos de conflito e ao poder, constituem sem dúvidas os factores genericamente aceites para ser considerada a região onde o número de conflitos aumenta e o Índice de desenvolvimento humano (IDH) baixa. O índice de desenvolvimento humano em muitos países africanos tem baixado porque as guerras tem ceifado vidas, fome miséria e deixando várias crianças desnutridas moreem a cada segundo sem no mínimo um serviço de saúde condigno. A ausência de um Estado capaz de assegurar as suas populações, tem sido um dos grandes problemas no continente berço.

Segundo Zeca (2017), em África tem se destacado conflitos de várias ordens, seja ele interno ou internacionalizados. Depois do surgimento das independências na década de 1960 vários conflitos surgiram e foram motivados por factores isolados ou combinados. A maioria dos Estados africanos experimentaram, pelo menos, uma situação de conflito interno, cujas causas estiveram relacionadas a herança colonial dos problemas de fronteiras, a divisão do poder, a fraqueza da legitimidade, assim como as mudanças constitucionais inconstitucionais, transições democráticas e processos eleitorais mal sucedidos.

Não há dúvidas que a colonização europeia teve fortes ligações com a situação dos conflitos internos em África, porque dividiu as sociedades africanas mas as lideranças africanas também tem quota parte no processo, porque nas últimas cinco décadas do século XX pouco fizeram para inverter esse cenário desfavorável, ignorando por completo os interesses colectivos e supremos africanos que dirigiram as lutas de libertação nacional dos povos africanos, pelos interesses individuais e grupais, bem como pelas facilidades que o poder oferece (Zeca, 2017).

Compreendemos a partir das abordagens dos autores acima referidos que a artificialidade das fronteiras em África, as acções dos grupos rebeldes, a fome, seca e a pobreza conjugada com a pouca vontade das elites políticas, tornam a África subsariana arena de conflitos e do subdesenvolvimento. O continente precisa se reencontrar.

1.2.1 Causas dos Conflitos em África

Até certo ponto algumas causas dos conflitos no continente africano já foram apontadas. Aqui tratou-se apenas de os pormenorizar para a sua melhor compreensão e enquadramento. trazendo autores que serviram de suporte convergindo e divergindo-se.

De acordo com Ferreira (2001), os conflitos em África são caracterizado, em primeiro lugar, por uma grande complexidade, quer em relação aos vários actores envolvidos, quer em relação aos diferentes níveis em que se manifesta o conflito pessoal, local, nacional, regional, aos vários interesses ou à multiplicidade das suas causas profundas. Os conflitos que actualmente grassam o continente africano, possuem também, uma natureza diversa e não generalizável; partilha territorial ou étnica, domínio do Estado central, controlo de recursos minerais, jogos de poder regional e internacional. Muitas das vezes as causas destes conflitos associam-se os factores internos e externos. Internos devido a corrupção e a ganância ao poder e falta de comprometimento com as populações. Externo devido a exploração de recursos por parte de empresas estrangeiras que de qualquer forma cria descontentamento dentro da população.

Para Schineider (2008), *apud* Pintal (2020), os conflitos em África não são irracionais ou movidos apenas pela paixão identitária dos indivíduos, pelo contrário,

os conflitos violentos acontecem com objectivos políticos ou económicos, e as etnias têm uma participação neles, porém, como mecanismo de mobilização política; isto é, as etnias nalguns casos, não definem os conflitos embora sejam muito importantes na compreensão desses fenómenos. É certo que as etnias em África têm sido instrumentos para a obtenção de interesses dos políticos.

Lunardon (2011), *apud* Adriano Gomes Benguela (2015), afirmou que a mídea internacional, tem retratado de forma rotineira as causas dos conflitos em África simplesmente como tribais, religiosas ou étnicas. Essa conotação leva ao entendimento de que àqueles povos são menos evoluídos. As causas encontradas para os conflitos em África são económicas, sociais e políticas; as mesmas encontradas ou que tem se debatida no mundo ocidental.

Segundo Sousa (2005), o conflito pode ter duas formas: uma acontece quando há um confronto de interesses entre dois indivíduos ou grupos, e a outra quando há um confronto ou luta directa entre dois grupos. Assim, fazendo uma comparação, os actores acima referidos diferem no seguinte aspecto: nem sempre o conflito de interesses leva à luta declarada, enquanto os conflitos directos podem, por vezes, surgir entre grupos que erradamente acreditam que os interesses são opostos aos dos outros grupos.

No entanto, ficou evidente que embora os conflitos em África tenham muitas vezes factor mobilizador tribal ou étnico, os mesmos tal como acontece noutras partes do mundo, são causados por interesses eminentemente económicos e políticos. Os factores religiosos, étnicos apenas têm sido instrumentalizados por políticos gananciosos. Fazendo destes “carne de canhão”.

1.2.2 Da segurança Clássica à Segurança Humana em África

O problema da segurança é uma das causas que mais se tem debatido a nível mundial. Tanto que há em África várias regiões onde grupos rebeldes têm feito manobras com o objectivo de provocar desestabilizações com tráficos de seres humanos, de drogas, crimes organizados e outros factores que mencionaremos ao longo do nosso trabalho.

Assim, Cardoso e Fonseca afirmam:

o facto dos conflitos em África terem mudado de amplitude e de características, associado a algum desinteresse dos países desenvolvidos em que se envolveram directamente na solução destes conflitos, aponta para uma alteração de mentalidades e principalmente de políticas africanas a nível continental, parece evidente uma vontade dos africanos em garantirem capacidades próprias que possibilitem autonomia na resolução de conflitos. Embora existindo o interesse em que o financiamento e a acessoria sejam favoráveis aos países desenvolvidos, a intervenção directa de contingentes militares caberá unicamente a tropas africanas (Cardoso e Fonseca, 2005, p.21).

A segurança em África é considerada uma prioridade estratégica por parte das organizações internacionais, pois sem segurança não existe desenvolvimento sustentado, nem a segurança dos países ou das organizações; mas uma dimensão da segurança que centra-se na pessoa humana deve ser prioridade (Moreira, 2006). A protecção das populações deve ser prioridade. Nenhum Estado desenvolve-se tendo uma população fraca, sem saúde, segurança ou no mínimo condições de habitabilidade.

Bernardino (2007), afirmava que a realidade mostrou-nos que se evoluiu do conceito de segurança clássica, para um conceito de segurança humana em que se sente a necessidade de ter uma visão de segurança que ultrapasse em muito a segurança dos países, apoiando-se desta maneira na segurança do indivíduo. Esta percepção surgiu após a guerra fria os maiores problemas securitários de alguns países tiveram origem no seu interior e foram, em larga medida, questões sem qualquer tipo de cariz militar. Os Estados africanos apesar de todas as suas fragilidades se enquadram num contexto de alguma estabilidade, sendo ainda o principal agente da segurança dos seus cidadãos.

Precisamos referir que no contexto africano, as organizações sub-regionais iniciaram as suas actividades no âmbito do desenvolvimento económico, criando algumas alianças económico e financeira para contrabalançar as dificuldades das populações. O desenvolvimento sustentado é tido também como factor de segurança.

Referindo-se sobre a questão da segurança em África, Zeca (2017), afirmou que a geopolítica dos conflitos em África tem levado a comunidade internacional a intervir para contribuir na segurança e no desenvolvimento sustentado. Sendo na região

subsariana que a comunidade internacional, por via das nações unidas, intervêm com maior frequência e intensidade. A transição entre o pré e o pós-colonial, não só no domínio territorial, mas em outros domínios, como a economia, a política, a área social e a gestão dos recursos naturais são factores de preocupação por parte da comunidade internacional.

1.3 A acção das Organizações Regionais em África

As organizações regionais são criadas pelos Estados com o propósito de prosseguir os objectivos que estes não conseguem alcançar de forma isolada. Assim, compreende-se que as organizações regionais foram criadas com o objectivo de galvanizar a integração regional em África, constituindo-se desse modo as principais responsáveis por impulsionar o desenvolvimento sustentado. Nesta secção falamos sobre a acção das organizações regionais para compreender como estas têm-se posicionado diante dos conflitos.

Cardoso e Ferreira (2005), explicam que as Organizações Regionais em África, assumiram, após a descolonização, uma estratégia de crescimento e de afirmação institucional que lhes garantiu o reconhecimento da comunidade internacional, face as intervenções, das estratégias e das políticas, que vêm adoptando no contexto africano. Em particular no quadro actual da UA, mas também de outras organizações africanas no nível sub-regional, têm intervido para a prevenção de conflitos. Dessa maneira, podemos dizer que apesar de em algum momento as organizações mostrarem-se débeis, os esforços para terminar com os problemas como fome, os golpes de Estado tem sido uma realidade.

Zeca, (2013) *apud* Chipalanga (2020), aponta que as acções das organizações Regionais em África deveriam ser mais compacta, porque para que haja resolução de conflitos aconselha-se o uso dos meios pacíficos de resolução, porque esses meios se baseiam na resolução construtivas de conflitos. Na visão do autor, tais meios são mais propensos a eliminar as causas e as motivações profundas que levam os países aos conflitos. Concordando com à afirmação do autor, podemos compreender que os contenciosos têm sido apenas eliminados quando estes são atacados desde a sua base. Ou seja, é conhecendo as suas causas que eles são facilmente eliminados.

1.3.1 CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)

A CEDEAO é uma organização de integração regional da África Ocidental composta por quinze Estados membros, a saber: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Ghana, Guiné Conacri, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Batalha (2015), quando referiu-se sobre esta comunidade dizia que o Tratado de Lagos, que estabeleceu a CEDEAO, foi assinado em Maio de 1975 com o fim de promover o comércio regional, a cooperação e o desenvolvimento na região. Este tratado foi revisto e assinado em Julho de 1993, de forma a acelerar a integração e aumentar a cooperação na área política, incluindo o estabelecimento de um parlamento Oeste-africano.

Zeca (2017), afirmava que o desejo de combinar esforços políticos e económicos sempre foi reconhecido como um passo para a prosperidade da região. Os primeiros esforços de integração regional remontam a 1945, com a criação do Franco CFA, que proporcionou aos Estados francófonos da região uma união monetária. Em 1964, o Presidente liberiano, William Tubman, propôs uma união económica para a África Ocidental, o que levou a um acordo que foi assinado em 1965, por quatro Estados. Tais como: Costa do Marfim, Guiné Conacri, Libéria e Serra Leoa. Em 1972, os presidentes da Nigéria e do Togo percorreram a região em apoio à ideia de integração e surgiram as bases do Tratado de Lagos de 1975, que originou na CEDEAO.

Ainda na visão de Zeca (2017), desde o período das independências, a região Ocidental de África foi marcada por períodos endémicos e violência organizada, uma vez que sempre que terminou uma guerra civil num determinado país, o outro iniciou, houve um golpe de Estado ou violência pós-eleitoral. A título de exemplo, quando terminou a guerra, na Libéria, houve o golpe de Estado na Guiné-Bissau; e quando terminou a guerra na Serra Leoa, iniciou a violência política na Costa do Marfim; quando terminou a violência política neste Estado, surgiram os ataques terroristas do Boko Haram, entre outros acontecimentos que se tornaram destaques em toda África.

Tendo em linha de atenção o contexto dos conflitos e instabilidades na região, a comunidade dos Estados da África Ocidental criou uma estrutura militar cuja missão é a de ser uma força de Paz. É assim que surge a ECOMOG-Ecowas Cease-Fire Monitoring Group.

Em relação a ECOMOG Berman e Sam afirmam:

A falta de um aparato funcional de segurança combinado com uma determinação dentro do pequeno grupo de Estados da CEDEAO para intervir, militarmente, em apoio os membros, deu força para a criação de uma nova estrutura chamada ECOMOG". Assim, pode-se observar-se que a génese deste braço militar da organização está relacionada directamente com os imperativos de paz e segurança (Berman e Sam, 2000, p.83).

Ainda sobre a ECOMOG Bernardino (2007), dizia que a mesma vem intervindo na resolução de conflitos em África desde a década de 1990, sendo a primeira organização regional a realizar uma operação de apoio à paz em África. Tendo realizado 6 operações, onde pode-se destacar o grupo de monitorização do cessar-fogo ECOMOG na Libéria (1990-1998). Actualmente, mantém missões na Costa do Marfim, Libéria e na fronteira entre a Guiné e a Libéria. A CEDEAO dispõe de um departamento de defesa e segurança, com os seus órgãos espalhados pelos Estados-membros, onde se destacou a célula de planeamento e gestão de missões, na Nigéria e a divisão de defesa e operações de paz, no Senegal.

À semelhança de todas as outras organizações da África subsahariana, a comunidade dos Estados da África Ocidental foi criada para dar resposta às necessidades económicas e o desenvolvimento sustentado dos cidadãos dos países ou Estados membros. Dessa forma, nos finais dos anos 70 e início dos anos 80, a comunidade estabeleceu instrumentos institucionais nos domínios da segurança e da defesa, nomeadamente o protocolo da não-agressão de 1978 e o Protocolo da assistência em matéria de defesa de 1981, para prevenir essencialmente agressões mútuas (Tavares, 2007).

Deste modo, compreendemos que, fica evidente a relação intrínseca entre o factor desenvolvimento económico com os factores segurança, defesa e conseqüentemente a paz nesta região.

1.3.2 IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento)

No presente subtema abordamos sobre o IGAD, que é uma organização de integração regional da África Oriental composta por oito Estados Djibouti, Etiópia, Eritreia, Quênia, Somália, Sudão, Uganda e Sudão do Sul que procuram a promoção da segurança alimentar e protecção ambiental regional.

Zeca (2017), afirmava que uma vez que a região da África Oriental e o corno de África são duas das zonas mais sensíveis no continente africano, estas regiões do continente são assoladas por situações de secas prolongadas e constituem a parte final do deserto do Sahara. Esta situação faz com que muitos países sejam afectados por ciclos de fome e insegurança alimentar. Isto, acaba por se agravar com situações de guerra civil, aumento de grupos terroristas, pirataria marítima e desintegração de Estados. Assim, este quadro dificulta os planos regionais para dar solução eficaz a estes problemas.

Em 1995, o IGAD adoptou o mecanismo de resolução de conflitos. Em termos políticos, a organização foi um instrumento importante para a pacificação do Sudão, Uganda e Somália, apesar de não ter conseguido sucesso no último caso. A organização fez naquele momento enormes esforços e patrocinou a conferência de paz para a Somália, que aconteceu no Quênia, no início dos anos 2000. As conversações para a pacificação Somali, decorreu anteriormente no Djibuti, onde se decidiu formar uma Assembleia Nacional e um Governo Provisório. Todavia, esses esforços para a pacificação da Somália não foram a bom porto (Zeca, 2017).

O IGAD foi criado em 1986, e passou a abranger a manutenção e promoção da paz e segurança desde 1996, altura em que foi alterada a sua carta. A organização acima citada, tem tido uma posição eficiente no âmbito da mediação e negociação, nomeadamente na Somália e no Sudão, constituindo-se como um fórum regional de diálogo para a promoção da paz (Faria, 2004, *apud*, Ribeiro 2009).

Para Bernardino, (2007) o IGAD foi formado em 1986, em torno do combate à desertificação saariana, vindo-se a constituir desde 1990, num fórum de diálogo político e no elo principal para a paz, na região Este do continente africano, vindo a adoptar em 1996, após a cimeira de Addis Abeba a actual designação. O IGAD é o parceiro actual da comunidade internacional para a resolução de conflitos na região

este do continente africano, intervindo como uma organização que facilite o diálogo entre culturas, povos e governos.

Concluí-se que o papel e missão nobre desta organização regional. A mesma, para além de questões de segurança, no conceito tradicional, também aposta na segurança alimentar na região.

1.3.3 SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)

A SADC é uma organização de integração regional dos Estados da região da África Austral composta particularmente por 15 membros, a saber: Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesotho, Madagascar, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Ilhas Seychelles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Zeca (2017) assegurou que o processo de integração regional remonta os anos 1970, quando se criou os países da Linha da Frente que tinha como objectivo principal proporcionar a libertação dos Estados da região Austral de África do sistema colonial. Com a independência de Moçambique e Angola, em 1975, houve alguns países que passaram a fazer parte deste bloco que, em 1980, com a independência do Zimbábue, transformou-se em conferência de coordenação e desenvolvimento da África Austral (SADCC), uma organização de coordenação sectorial a nível regional, com o objectivo de reduzir a dependência da África do Sul. Em 1992, SADCC transformou-se numa organização de integração regional, neste caso a SADC.

Zacarias (1997, *apud*, Zeca, 2017), diz que quando muda-se de SADCC para SADC, a organização passou a fixar-se em questões económicas e para o desenvolvimento regional. Em 1996, foi criado o órgão para Cooperação nas áreas de política, defesa e segurança. Daí em diante, a SADC passou a ter uma estrutura económica e outra de defesa e segurança. Esta última passou a ser responsável pela prevenção, gestão dos contenciosos. No início, para os conflitos internos nos Estados membros, a tendência das lideranças foi de recursos ao uso da força, por meio de intervenções militares, apesar de existirem aqueles que defendiam o uso de mecanismos pacíficos.

No entanto, segundo Batalha, (2015) a SADC foi estabelecida para incentivar as relações comerciais entre os países membros com o objectivo de criar um mercado

comum e também promover esforços para estabelecer a paz e a segurança na sua zona de influência. Este bloco a princípio teve como objectivo: promover o crescimento e desenvolvimento económico, reduzir a pobreza, aumentar a qualidade de vida do povo africano e promover ajuda aos mais desfavorecidos.

Tavares (2007), trás um posicionamento diferente de Batalha, quando esclarece que, nos inícios dos anos noventa com a evolução positiva em direcção à paz e estabilidade na região, que se caracterizou pelo fim do regime do apartheid na África do Sul, a independência da Namíbia e o processo de paz em Angola e em Moçambique, apareceu um novo cenário político mais favorável para a cooperação política e económica. Permitindo encarar a termo, uma ou outra forma de integração económica. Contudo, a organização teve de reorientar a sua missão e modificou o seu papel e as suas estratégias: inicialmente dirigidos contra a África do Sul, os seus esforços concentraram-se para a criação dum mercado regional, dando origem à SADC. As estratégias deste bloco regional mantêm-se até aos dias actuais, um dos esforços que tem se notada é a capacidade da criação de um bloco económico forte que facilite os Estados membros e não só.

Apesar de todos os esforços que tem-se feito, é importante afirmar que este bloco regional têm-se mostrado pouco eficiente sobre a prevenção, gestão e resolução de conflitos dentro de alguns Estados membros. No entanto o seu papel e lugar estratégico como instituições necessárias na coordenação e gestão de acções e estratégias vão aos poucos assumindo preponderância nas relações entre Estados.

**CAPÍTULO II: AS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS EM ÁFRICA E A
PREVENÇÃO, GESTÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA
NIGÉRIA. ENTRE (1960-2018)**

CAPÍTULO II: AS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS EM ÁFRICA E A PREVENÇÃO E GESTÃO DE CONFLITOS. NA NIGÉRIA ENTRE (1960-2018).

2.1 Localização Geográfica e Breve Caracterização Geopolítica e Económica da Nigéria

Localizado no Golfo da Guiné, apesar de ser o 14^o país em extensão territorial da África, com 923768km, a Nigéria é o mais populoso de África, com cerca de 182 milhões de pessoas. Está dividido em 36 estados, com a capital Abuja na região central e a cidade mais populosa, Lagos, ao sul. Entre os países limítrofes, a Nigéria se destaca expressivamente. Para entender sua potencialidade, compara-se aos vizinhos a oeste Benin, ao norte Níger, ao nordeste Chade e ao leste Camarões. Nos últimos 25 anos o PIB anual nigeriano cresceu 1564%, ao passo que a média de crescimento dos seus vizinhos foi de 402% neste mesmo período. A proporcionalidade também aumentou consideravelmente, onde em 1990 a Nigéria representava 64% do total do PIB nesta região, em 2015 este peso alcançou 90%. A economia nigeriana é típica de um país em desenvolvimento. Tem sua maior força no sector primário através da exploração de petróleo e gás, descoberto em 1958 no delta do rio Níger, região predominantemente cristã. Esta fonte continua dominando o PIB nigeriano, com mais de 95% da receita de exportações, influência directa na positividade do saldo da balança comercial e responsável por 85% da receita do Governo entre 2011 e 2012. Logo após a independência em 1960 a agricultura era o sustento principal da maioria da população. O processo de substituição de importações iniciado junto ao primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1962-68) tinha como objetivo mobilizar os recursos económicos nacionais e implantá-los numa base de custo-benefício entre projectos em disputa em uma tentativa de desenvolvimento industrial. Mesmo com outros três destes planos que seguiram em diferentes circunstâncias, épocas e escopos, os esforços governamentais não surtiram efeito desejado no peso do sector industrial e manufactureiro para a economia².

² Filippi, E. e Xavier R. (2017) Nigéria Contemporânea: Raízes da Insurgência doméstica e Implicações Regionais.

Actualmente a Nigéria enfrenta um desafio do ponto de vista da segurança interna. O aumento do fundamentalismo islâmico no Norte do país, a violência causada pelo grupo Boko Haram e a insegurança dos cidadãos principalmente na região norte, são indicadores sobre a incapacidade do Estado em assegurar a estabilidade do país. O conceito de Estado corresponde a uma sociedade politicamente organizada, fixada em um território, dispendo de um poder institucionalizado para satisfazer os interesses gerais dos seus membros (Belo, 2016, p.3). Mas a nós, nos parece que o governo da Nigéria está longe de se preocupar com as questões básicas da população.

Segundo Onwuka (2005), a maioria da população na Nigéria continua vivendo na extrema pobreza. Os indicadores de pobreza, como a mortalidade infantil e a desnutrição, o acesso à água potável, saneamento e a esperança média de vida mostraram um sinal de fragilidade nos últimos anos. Os problemas ambientais têm se contituído também num dos grandes problemas deste país, particularmente na região do Delta do Níger, a exploração de petróleo e sua extração provocou danos e comprometeram os meios de subsistência da população.

Van-Dúnem (2007), *apud* Adriano Gomes Benguela (2015), referindo-se sobre os conflitos na Nigéria, apontou que a convivência entre o Cristianismo e o Islamismo na Nigéria não tem sido das melhores. O norte é uma espécie de Estado a parte desde que o sistema federativo permitiu esta parcela do país adoptar a sharia³. A adopção de lei introduzida em 2000, choca com alguns direitos fundamentais da contituição do Estado nigeriano, e com a convenção internacional dos direitos do homem.

Em termos sociais, a Nigéria é o país mais populoso da África Subsariana e personifica afinidade e uma diversidade histórica, cultural, étnica, religiosa, social e linguística importante. O factor religioso é altamente complexo e dinâmico, compreendendo duas religiões principais, o Cristianismo e o Islão, e uma variedade de tradições religiosas, incluindo religiões indígenas e movimentos espirituais (Vide, Adawo 2011).

³Lei Islâmica

A superioridade nigeriana nos índices económicos, populacionais e militares transformam o país no líder continental. Desde sua independência em 1960, a Nigéria passou por uma guerra civil, golpes militares e períodos republicanos, sendo o actual o mais longo da história. A evolução deste país através dos anos é notável mesmo após um século e meio de colonização e interferência do Reino Unido. Apesar de muitos aspectos positivos, sua economia ainda está em desenvolvimento e o país está a passar por uma crise política e securitária de proporções críticas que afectam também os países fronteiriços fragilizados (Vide, Belo 2017).

Os períodos de seca, a infertilidade dos solos, a iliteracia, a fome, a ausência de saneamento, a baixa produtividade, a corrupção e o desemprego são alguns dos motivos da pobreza na Nigéria (Adawo, 2011). A má governação causa desgosto e frustração nos cidadãos, isto perfaz ou cria as condições para o aumento de grupos extremistas.

Assim, importa retomar a ideia de que a economia da Nigéria, apesar das tentativas de incentivar a industrialização e a produção alimentar local, a mesma continua a depender da produção e exportação do petróleo e associado a corrupção endémica e distribuição não equilibrada da riqueza. Isto, caba por proporcionar mais um elemento para alimentar o clima de conflito no país.

2.2.2 Breve Caracterização dos Conflitos na Nigéria

Os conflitos em África normalmente possuem as mesmas características, muito deles, são desencadeados por tensões étnicas, religiosa, problemas fronteiriços, pobreza e crises políticas que resultam da ambição pelo poder.

Na Nigéria, o crime e o aparecimento de grupos extremistas criaram problemas de segurança ao governo. Os ataques terroristas no Norte e no Sul do país envolveram jovens e adolescentes nigerianos cujas expectativas não foram correspondidas e a frustração potencia a agressão e a violência. A motivação para a militância inclui uma variedade de factores étnicos e socioeconómicos para os quais não há soluções políticas fáceis (Vide, Ciero e Belo, 2016 p.130).

Sobre os conflitos na Nigéria, é pertinente apontar que, o Estado nigeriano nos últimos tempos tem enfrentado um desafio enorme ao nível da sua segurança

interna. O aumento de grupos rebeldes na parte norte, as acções violentas levadas a cabo por movimento descontentes e a consequente insegurança da população, mostra a fraqueza do governo em assegurar a estabilidade das suas populações⁴.

Conforme afirmaram Laremont e Gregorian (2006), os conflitos na Nigéria provocaram, um ambiente de desconfiança, de ódio e de intolerância religiosa. Cerca de 23% dos nigerianos estão preocupados com o extremismo levado a cabo por grupos muçulmanos considerados rebeldes. O facto de a Nigéria ser um Estado dividido é um legado colonial. Os britânicos contribuíram para a separação dos muçulmanos a Norte e os cristãos a Sul, governando as duas regiões diferente.

Há relatos que os conflitos na Nigéria têm várias dimensões, e certos autores afirmaram que o problema étnico e religioso é um dos principais motivos que tem provocado tensões naquele país. O norte sendo islâmico e o sul cristão têm estado em constante confronto devido as desigualdades entre as duas regiões. Mas para além das questões étnicas e religiosa, há como pano de fundo dos conflitos na Nigéria o factor económico, há uma minoria que tem tentado aproveitar-se dos recursos do país deixando a maioria na pobreza e sem perspectiva de um futuro melhor⁵.

Desde o alcance da independência, a Nigéria tem permanecido como um Estado onde habitam várias etnias, com vários grupos religiosos responsáveis pelos conflitos étnico-religiosos sob a forma de revoltas, sabotagens, assassinatos, lutas armadas e com implicações no desenvolvimento político e económico do país. O problema da religião, os factores étnicos, a corrupção e a pobreza na região norte são um dos indicadores que têm levado a Nigéria a estar em conflitos (Salawu, 2010). A ideia deste autor é importante porque se aprofundarmos o problema deste país da região ocidental vamos observar que há claramente extremas diferenças entre as duas regiões já referenciadas pelo autor. O provoca rivalidades sem precedentes.

As causas que muitas das vezes levam a Nigéria a estar em conflito, são, a nosso entender as desigualdades sociais, os problemas de saúde, educação, a

⁴Carlos Miguel, entrevista concedida no dia 09 de Novembro de 2020, as 10:20.

⁵Professor Abraão Calei, entrevista concedida no dia 13 de Novembro de 2020, as 11:30.

exploração das multinacionais, a fome, a pobreza, a falta de interesse por parte do governo em dar garantia de sustentabilidade aos seus cidadãos. Estes e outros problemas são razões de constantes manifestações; que têm arrastado o país ao precipício. Mas um outro motivo é a questão da religião que muitas das vezes tem sido usada como um instrumento para os conflitos se acentuarem dentro do país⁶.

Ciero e Belo (2016), apontaram que as causas dos conflitos na Nigéria têm várias dimensões muitas residem em acusações de negligência, opressão, dominação, discriminação, marginalização, nepotismo sobretudo, na incapacidade dos líderes nigerianos governar de forma justa. Concordando com a posição destes autores, é sensato afirmar que as assimetrias regionais e a indiferença daqueles que governam diante da população, são principais motivos de descontentamento e um caminho para acções violentas.

Segundo Kwaja (2011), as crispações que tem se registados ao longo de linhas de fractura étnicas e religiosas neste país, principalmente na cidade de Jos, que situa-se basicamente no centro do país, e seus arredores causaram várias mortes, deslocaram centenas de milhares de pessoas e provocaram um clima de instabilidade em toda a região. O problema da Nigéria assenta no orgulho e na forma corrupta com que algumas figuras do governo têm se destacado. Os problemas étnicos e religiosos foram e têm sido manipulados pelos políticos.

Os problemas de segurança da nação nigeriana são completamente complexos, e isto tem sido motivado por uma gerência deficiente por parte do governo, em não criar vias para poder contornar os problemas que o Estado enfrenta. Os conflitos em África são geralmente provocados por questões muito básicas; a baixa escolaridade, a falta de necessidade, os factores regionais, as questões de identidade e a falta de perspectiva num futuro melhor. Estes elementos basilares têm servido de meios para os grupos rebeldes aliciarem jovens em idade activa para irem contra quem governa⁷.

Correia (2010), afirmou que a Nigéria maior país muçulmano da África negra, Estado federal, alguns Estados do norte optam pela sharia, a lei islâmica e

⁶ José Canhali, entrevista concedida no dia 15 de Novembro de 2020, as 12:00

⁷ Professor Abraão Calei, entrevista concedida no dia 13 de Novembro de 2020, as 11:50.

estendem a sua influência ao Burkina Faso, ao Mali e à Costa do Marfim. Nota-se claramente uma ofensiva das igrejas evangélicas do litoral sul, tentando contrariar a crescente influência islâmica. Esta clivagem religiosa na Nigéria sobrepõe-se a uma clivagem étnica antiga com alguns dos maiores grupos, Igbo e Yorubas cristãos de um lado e Hausas muçulmanos do outro, que têm-se confrontado de forma violenta.

Os confrontos entre etnias também são em algum momento conotados como causadores de instabilidade neste país, quando um etnia pretende ser dominante no sector político vai acabar ou traçar uma política de estado ou de governação que facilita uns em detrimento do outros; por outro lado se for outro grupo étnico vai fazer a mesma coisa, criar uma via que possibilite o acesso a um grupo em relação ao outro. O sentido de Estado poderia falar mais alto em relação a questão étnica; outra questão também é a religião que faz com que muçulmanos lutem contra os cristãos devido a vários desentendimentos⁸.

Para além dos conflitos étnicos e religiosos na Nigéria e dos ataques dos movimentos rebeldes, é manifesto o ambiente de violência política em várias cidades do país. Os políticos têm aliados jovens, principalmente ligados aos sistemas informais de transportes urbanos, para levarem a cabo acções de intimidação contra os seus rivais e mesmo assassinatos. Estas, e outras questões como a pobreza e a exclusão aos benefícios das riquezas do país, tem feito com que os conflitos nesta geografia sejam duradouros (Vide, Graça, 2010).

Para Kwaja (2011), as dimensões étnicas ou religiosas dos conflitos foram posteriormente interpretadas como o principal factor desencadeador de violência quando, na realidade, o ostracismo, a desigualdade e outros meios são as suas principais causas. Cada surto de violência agrava as suspeitas e dificulta a reconciliação comunitária, atizando o ciclo e agravando ainda mais as divisões. O problema já mereceu atenção da comunidade internacional, mas nos parece que as formas de terminar com este problema está muito longe de ser uma realidade.

Os problemas que a Nigéria tem-se debatido, e sendo uma potência na região da África ocidental e dentro da CEDEAO, trás à tona várias interrogações sobre o seu

⁸ José Canhali, entrevista concedida no dia 16 de Novembro de 2020, as 14:30

poderio ou a capacidade de poder intervir dentro dos Estados vizinhos que se confrontam com várias crises políticas, económicas e sociais. Os confrontos motivados pela questão dos recursos naturais, associado as questões étnicas e religiosas, a má gestão dos bens públicos, o melhoramento das condições essenciais, força-nos a catalogar este país africano como um Estado falhado⁹.

Dessa forma, estamos plenamente de acordo que as causas dos conflitos na Nigéria, são múltiplas. mas, embora apontemos as questões étnicas-religiosas, a essência dos conflitos deve ser encontrado na vertente económica, fundada na má distribuição das riquezas que advindas da exploração e exportação do petróleo, particularmente.

2.2.3 A Nigéria e a Maldição Dos Seus Recursos

Aqui é feito o enquadramento de um factor económico de extrema importância na vida da população da Nigéria; neste caso o petróleo.

Para Collier e Venables *apud* Oliveira (2013), as condições necessárias para enquadrar um determinado país na maldição dos recursos, é preciso algumas condições assim como: o abandono de outros sectores da economia em detrimento do petróleo vindo conseqüentemente o país a sofrer da chamada *Dutch Disease*¹⁰; a instabilidade dos preços do petróleo a nível mundial, que influenciaram o desenvolvimento do país, a fraca qualidade das instituições nacionais e a instabilidade do governo fez com que a Nigéria se enquadra-se no leque da maldição de recursos.

Desde a década de 60 vários autores começaram compreender que as riquezas de alguns países eram mais uma maldição do que uma bênção. Dentre os autores podemos destacar Richard Auty, devido as investigações que levou acabo descobriu que os Estado que possuíam recursos como o petróleo, diamante, ouro, cobre e outros minerais o seu crescimento era muito lento em relação aqueles países que não tinham esses recursos; e, questões como a pobreza, fome, a má gestão, as desigualdades eram frequentes nestes países. A Nigéria não ficou de

⁹Carlos Miguel, entrevista concedida no dia 15 de Novembro de 2020, as 11:20.

¹⁰Doença Hollandesa

parte da categoria da maldição de recursos uma vez que as riquezas que o Estado possui não têm-se reflectido na vida dos seus cidadãos¹¹.

Apesar de a sua independência datar dos anos 60, a Nigéria não conseguiu desenvolver de forma sustentável, mantendo a sua dependência inicialmente em relação aos produtos agrícolas, e numa fase posterior do petróleo (Ibaba, 2008, p.18). A exploração do petróleo por parte do governo sem no mínimo olharem para as suas populações, só acrescenta no problema que o país vem enfrentado.

Logo, conclui-se que, o crescimento económico e social dos países produtores de petróleo não é proporcional a quantidade de recurso que vêm da produção e exportação do petróleo, considerado como o ouro negro. E a Nigéria é um exemplo típico deste mau aproveitamento deste potencial recurso. Afinal, não é o petróleo em si que é o mal ou amaldiçoado, mas o seu uso, baseado na ganância de alguns privilegiados é que torna uma maldição. Todavia, a situação pode ser revertida, o ponto de partida começa em diminuir os índices de corrupção e a implantação de um sistema governativo baseado na justiça social tal como apregoava o filósofo John Rawls.

2.4 Acção do Boko Haram

Os conflitos na Nigéria são algumas vezes motivados por alguns factores, tais como: a opressão, dominação, a corrupção, a marginalização de uma boa parte da população e o nepotismo. Mas o crime organizado e o surgimento de grupos extremistas violentos como o Boko Haram, têm criado problemas de segurança ao governo devido os seus ataques.

Como referencia Paladini (2014):

O Boko Haram surgiu em razão de diversos problemas no país, sendo a maioria deles e os mais utilizados no discurso dos militantes, a corrupção política e má governança e suas consequências para a população. Mas as ações das grandes potências, que dividiram a Nigéria sem levar em conta sua diversidade étnica e cultural, e intervieram no país em razão de suas enormes reservas de petróleo podem ser consideradas causas mais remotas do surgimento do grupo (Paladini, 2014, p.4).

¹¹José Canhali, entrevista concedida no dia 28 de Outubro de 2020, às 12:30.

Segundo Ale (2009), o grupo Boko Haram, iniciou em 2009 a envolver-se em conflitos violentos, reclamando a pobreza, as desigualdades na educação, saúde e o desemprego e a corrupção governamental. Nesse mesmo ano, Segundo o autor, a morte do líder marcou um momento de virada na forma de actuar do grupo e forçou-o à clandestinidade.

2.5 As Manifestações na Região do Delta do Níger

Apesar de ser o maior produtor de petróleo da África, a Nigéria continua passando por problemas graves que colocam obstáculo quanto ao seu desenvolvimento. Assim, na presente secção, abordamos sobre as contestações na região do delta, zona de produção de petróleo na Nigéria.

De acordo com Oliveira (2013), a primeira vez que se registou um conflito em que o uso de armas foi significativo na região do Delta do Níger, aconteceu em 1966 quando Isaac Adaka Boro, da etnia Ijaw que atravessou toda a região do Delta de Níger, formou um grupo, o Niger Delta Volunteer Force¹² e declarou a República. A sua revolta foi completamente ofuscada pelo governo federal depois de alguns dias, mas, as suas exigências pela independência para a população da região, inspiraram outros activistas. Na década de 1970, a população do Delta do Níger experimentou o impacto destrutivo da actividade das multinacionais petrolíferas, tais como o elevado desemprego e pobreza endémica naquela geografia.

Segundo (Oyefusi, 2007, *apud* Oliveira, 2013), a força devastadora da actividade das companhias petrolíferas assistiu, deste modo, o surgimento de vários movimentos que tinham como objectivo chamar a atenção do governo nacional e das multinacionais para a situação da população do Delta do Níger, e que apelavam à autonomia e ao controlo local dos recursos do petróleo explorados nas suas terras. A população tem o direito de se manifestar quando observa uma injustiça, e neste quesito a população do Delta esteve bem em reivindicar os seus direitos que estavam a ser lesados,

¹²A Força Voluntária do Delta do Níger.

A presença de uma força de segurança militar na região do Delta do Níger constituiu sem dúvida uma ameaça à segurança e ao bem-estar dos habitantes dos Estados do Delta. Este clima de insegurança, tornou-se difícil para a população desenvolver a sua actividade económica que lhes permitisse retirar algum proveito ou pequeno rendimento, pois muitas dessas pessoas viram as suas casas destruídas pelos agentes de segurança e as suas vidas ameaçadas, temendo regressar às suas casas. Este problema, foi denunciado pelos observadores internacionais que apontaram alguma preocupação na forma como o governo nigeriano favoreceu a segurança das multinacionais petrolíferas esquecendo-se dos seus cidadãos (Owolabi e Okwechime, 2007).

Segundo (Ogege, 2011), a falta de uma política de resposta que se preocupa em resolver a situação violenta provocada na região levou a que o governo tomasse medidas de forma a silenciar as manifestação da população. As medidas tomadas pelo governo, incluíam a agressão indiscriminada, detenção, e eventualmente mortes; medidas estas, destacadas pelo governo federal para proteger as instalações petrolíferas e não a população. Quando um governo se preocupa antes de tudo com os seus interesses, colocando em segundo plano à vontade da população, esse governo falhou como entidade protetora dos interesses da nação e dos seus cidadãos.

Francis, Lapin e Rossiasco (2011), analisando as contestações no Delta do Níger e suas implicações no seio da população e do grupo Níger *People Volunter*, afirmam que muitos destes militantes, justificavam a sua acção violenta como uma resposta à injustiça, desigualdade e a ausência de compaixão que eram alvo, e por não beneficiarem dos seus próprios recursos, mas continuando a sofrer as consequências negativas das actividades da indústria petrolífera.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Conclusão

As acções que as organizações regionais em África têm levado a cabo para a gestão, prevenção e resolução de conflitos em África, tem de certa forma contribuído na estabilidade de alguns países; mas verifica-se que há muito por se fazer, pelo simples facto de as fragilidades dessas organizações se mostrarem inoperantes face as guerras e as implicações étnicas e religiosas que têm se registado no continente africano. E a Nigéria, não é um caso separado; a onda de conflitos em vários Estados principalmente no norte, tem mostrado a ausência e a fragilidade do governo em colocar um fim nas ondas de levantamentos contra esses poderes. Neste quadro de contínua instabilidade, e de insegurança apenas uma optima governação da Nigéria, que priorize a oportunidades de emprego, a promoção de um Estado democrático e de direito, as aberturas económicas assim como o melhoramento das infraestruturas, educação e na saúde, poderá ultrapassar o problema que estes têm enfrentado. Entrementes, a nossa pesquisa mostrou que, a pobreza, a fome, o subdesenvolvimento particularmente em várias regiões muçulmanas, tem possibilitado a criação de meios para que os grupos rebeldes, e extremistas tal como o Boko Haram, se desenvolvam recorrendo a pessoas em idade activa e reprodutiva sem emprego e sem uma perspectiva de um futuro melhor, abraçam estes grupos com o fim de criar desestabilizações e expandir o caos.

Sugestões

As acções das organizações regionais na prevenção, gestão e resolução de conflitos em África, visa em primeiro lugar criar um ambiente de paz, segurança e tranquilidade dentro do continente africano. E os conflitos que se tem verificado na Nigéria, devido a má gestão das riquezas é um desafio no sentido de ver uma estabilidade segura dentro deste país.

Assim, tendo em conta a pesquisa realizada, sugerimos: à inclusão de alguns aspectos desta temática no programa da cadeira de História de África III do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla. ISCED-HUÍLA, para servir de suporte aos estudantes da instituição acima-referida.

Que o professor da cadeira de História de África III consiga aprofundar mais os assuntos que tem que ver com as questões de prevenção gestão e resolução de conflitos em África com vista a dar novos aprendizados aos estudantes.

Que se promova mais palestras, seminários, debates, e em outros espaços de ensino de forma a enriquecer o leque de conhecimento dos seus estudantes.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, F. FALETTO, E. (1975) *Dependência e desânimo na America Latina: ensaio de interpretação sociológica*. México: Siglo Veintiuno Editores.

BATALHA, A. (2015) *Geopolítica Das Grandes Pandemias e Endemias na África Subsaariana*. 1ªEd. Edições Cosmos.

BRAILLARD, P. (1990) *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BERNARDINO, L. (2007) *Prevenção e Resolução de Conflitos em África. O Papel da CPLP no Âmbito das Organizações Regionais Africanas*. Instituto de Estudos Superior Militares.

DIAS, R. *Relações Internacionais: Introdução ao Estudo da Sociedade Internacional Global*. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

FISAS, V. (2004) *Cultura de Paz e Gestão de Conflictos*. Barcelona: UNESCO, 4ª Ed.

FREITAS, J. (2014) *O Papel das Nações Unidas e da União Africana na mediação do Processo de Independência do Sudão do Sul*. Universidade Estadual de Paraíba.

GAZIBO, Mamoudou (2010) *Introdução da Política Africana*. Universidade Monte real.

GARY, K. TERRY L. (2003) *O fundo do barril: O 'boom' do Petróleo em África e os Pobres*.

GRESH, A. et al. (2006) *Atlas o Mundo Diplomático*. Campo da Comunicação

GULARTE, G. (2015) - *A Actuação do grupo terrorista Boko Haram sobre a população nigeriana*. Santa Maria, RS, Brasil;

MARKONI, M. e LAKATOS, E. (2017) *Metodologia do Trabalho Científico*. 8ª Edição, Atlas

MACQUEEN, N. (2004) *Intervenção Das Nações Unidas e a Crise dos Estados Africanos*. Missões de Paz da ONU.

MONIZ, J. (2006) *Visões Estratégicas no Final do Império*. Lisboa: Editora Tribuna da História.